



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 24-09-2020

Presidente

-- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

Vice-Presidente

-- Carlos Manuel de Melo Pimentel

Vereadores

- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Nélia Maria Silva Alves Guimarães
- Sabrina Marília Coutinho Furtado
- Gonçalo Patrício Fontes Dias
- Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa

Secretária

- Maria Luísa Pacheco Simas



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 24-09-2020

----- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte , pelas 10:00 , nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária Pública a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos vereadores, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Gonçalo Patrício Fontes Dias e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa.--

----- Secretariou a reunião a Coordenadora Técnica, Maria Luísa Pacheco Simas. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respectivo edital, é a seguinte: -----

ÍNDICE

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL N.º 68/2020) - I N.º 631/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ADJUDICAÇÃO - EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DA ENCOSTA NAS PRAIAS DO CORPO SANTO E CALHAU DAS DIAS

BALANCETE



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Depois de declarar aberta a reunião e de se ter procedido à assinatura da ata da última reunião, o presidente da Câmara Municipal, deu a palavra ao vereador Gonçalo Patrício Dias que disse ter enviado para o presidente da Câmara Municipal um email, datado de 2 de setembro, a solicitar a documentação referente ao pagamento à autarquia, das rendas pelos concessionários dos estabelecimentos de restauração e bebidas, referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020, perguntando porque o presidente da Câmara Municipal não tinha facultado o documento, referindo que, se bem se recordava, o prazo para resposta às solicitações da vereação, era de 10 dias. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que havia recebido o email e o tinha remetido para o Chefe de Divisão Administrativa, sendo que este, por razões justificadas, estava ausente da autarquia e que, logo que regressasse ao serviço, e em tempo devido, iria providenciar a resposta ao referido email. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias prosseguiu dizendo ter uma sugestão a fazer relativamente à exposição que o presidente da autarquia havia feito no dia anterior, na reunião da assembleia municipal, sobre o que tinha acontecido no Corpo Santo relativamente à contaminação da água do mar, propondo que da próxima vez fosse tirada uma fotografia com a tampa destapada, já que tendo o presidente alegado ter havido vandalismo naquela parte do esgoto, com a tampa destapada, as pessoas poderiam perceber que o problema tinha radicado no vandalismo e não no transbordo do esgoto em virtude da junção das águas residuais com as pluviais, quando chove torrencialmente. -----

O presidente da Câmara Municipal agradeceu a sugestão. -----

Continuou o vereador Gonçalo Patrício Dias para se referir à intervenção da Inspeção Regional do Ambiente, em agosto, junto do emissário submarino, perguntando quem havia recebido os técnicos da inspeção e a razão pela qual havia sido feita aquela visita. -----

O presidente da Câmara Municipal considerou que as perguntas do vereador Gonçalo Patrício Dias eram muito curiosas, pois aquele perguntava por que razão os técnicos do ambiente tinham vindo fazer uma inspeção, e que o vereador deveria perguntar isso mesmo àqueles. Esclareceu ainda que os técnicos tinham sido recebidos por funcionários da autarquia e que não conseguia alcançar o propósito da pergunta do vereador. -----

O vereador Gonçalo patrício Dias disse que pretendia saber qual o “feedback” da inspeção, manifestando-se preocupado porque a época balnear já tinha acabado, e supostamente, teria de haver um relatório da inspeção regional, o qual ainda era desconhecido. -----

O presidente da Câmara Municipal confirmou desconhecer qualquer relatório e que este era um assunto que não competia à autarquia, pois a intervenção da Inspeção Regional do Ambiente havia sido feita no uso das competências próprias da mesma e que certamente, aquela entidade, saberia o que fazer. -----



O vereador Gonçalo Patrício Dias repetiu ter ficado preocupado com a inspeção e por isso tinha tomado a liberdade de contactar o Inspetor Regional do Ambiente para que o esclarecesse do conteúdo da inspeção ,tendo-lhe enviado um email, cujo conteúdo leu aos presentes, a fazer várias perguntas e obtido resposta a referir que o relatório, daria resposta às perguntas que havia feito e seria elaborado pelos técnicos que realizaram a visita e divulgado na página da internet da Inspeção Regional, após o parecer da Secretária Regional do Ambiente, o que até agora não tinha acontecido. -----

Prosseguiu dizendo que tinha, nos últimos dias, tentado estabelecer novo contacto com o Inspetor, não o tendo conseguido, tendo, porém, falado com uma técnica, que lhe disse que o relatório ainda estaria em fase de elaboração e que ainda não tinha o parecer da Secretária Regional. -----

Pedi a palavra a vereadora Sabrina Furtado para expor alguns assuntos referentes à ação social: -----

- Saber qual a taxa de execução do Fundo de Emergência Social (FES), à data de hoje, incluindo o reforço realizado por causa da pandemia; -----

- Saber se tinham aumentado os números de procura de habitação no concelho e em que modalidades, designadamente nas habitações sociais disponibilizadas pela autarquia ou se tinham recorrido à Câmara Municipal pessoas que procuram habitação para arrendar; -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que era sabido que em matéria de habitação, havia mais procura do que oferta, referindo que todas habitações que são propriedade do município estavam ocupadas, acontecendo o mesmo com as da Região, e que se tratava de uma carência que estava sinalizada, lembrando que o último desenvolvimento nesta matéria se referia ao edifício de habitação multifamiliar na Av. das Comunidades Emigrantes, adquirido pela Região, que irá proporcionar uma quantidade significativa de habitações e que fora disso, pontualmente, a Câmara Municipal ia resolvendo os assuntos que iam aparecendo, recordando que, ainda no dia anterior, na reunião da assembleia municipal, havia sido aprovada uma revisão orçamental da qual constava uma inscrição de cem mil euros para a aquisição de uma habitação social. -----

Quanto ao FES, recordou que no início da pandemia havia sido inscrito 100 mil euros, que tinham sido em excesso, não se tendo revelado a procura tão substancial quanto o esperado, tendo sido retirados dali, 50 mil euros que foram transferidos para a habitação social degradada, área em que tem havido mais procura do que a do FES, isto em virtude de se verificar na Região e no concelho, boas taxas de empregabilidade. O FES mantinha assim, o suporte adequado às necessidades e a habitação social degradada, passava a ficar reforçada, até porque, também na última reunião da assembleia havia sido aprovado o novo regulamento da habitação degradada, o qual abria o leque de beneficiários. -----

A vereadora Sabrina Furtado interveio para recomendar à Câmara Municipal que, no orçamento da autarquia para o próximo ano mantenha cautelas no reforço do FES, porque, segundo os especialistas, 2021, será um ano difícil pelas consequências da pandemia. -----

Prosseguiu para perguntar, se, o número de computadores disponibilizados às escolas do concelho, tinha sido suficiente ou se se mantinham carências a colmatar e havendo-as, o que se poderia esperar. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que iriam manter-se atentos às necessidades financeiras do FES face ao quadro da pandemia e que relativamente aos computadores, a Câmara havia respondido a todas as necessidades que haviam sido identificadas pelas escolas. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

A vereadora Sabrina Furtado referiu-se ao facto de as pessoas com maiores carências estarem, normalmente, já sinalizadas e como tal, apoiados pelas entidades competentes, sendo que no entanto, a grande preocupação do PSD, eram as situações novas de desemprego, que podem surgir em consequência da pandemia, como por exemplo, o desemprego de um dos membros de um casal em que ambos tenham ordenados mínimos, sublinhando a necessidade de a autarquia estar desperta para estas situações. -----

O presidente da Câmara Municipal agradeceu o alerta referindo que o executivo ficaria particularmente atento. -----

Pediu a palavra o vereador Arnaldo Sousa que congratulou a Câmara Municipal pelo excelente trabalho que havia sido realizado na Rua Eduíno Terra Vargas, na freguesia de Ponta Garça, fazendo votos que o ritmo de intervenção se mantivesse na recuperação do piso da Rua Padre José Gregório. -----

Prosseguiu para questionar sobre o ponto de situação do processo do armazém da igreja. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo que já havia dado instruções para ser lançado o concurso para a obra de recuperação do piso da Rua Padre José Gregório e também do Açor até à Grota da Chichara. Recordou que ainda faltava executar alguns pormenores como as passadeiras e passeios. - No que se referia ao armazém, disse que o concurso lançado pela autarquia tinha ficado deserto, no sentido que as duas propostas que foram entregues, tinham-no sido fora do prazo, tendo já dado instruções para que fosse lançado novo procedimento. Relembrou que para se concorrer a obras públicas era necessário estar habilitado com alvará para o efeito, e que muitos dos empreiteiros locais não o tinham, sendo esta uma dificuldade para os empreiteiros de Vila Franca do Campo que estão habituados a realizar obras particulares. -----

Pediu a palavra o vereador Gonçalo Patrício Dias para se referir à proposta que havia sido feita na última assembleia municipal pelo deputado Hélder Medeiros, e chumbada pela bancada do Partido Socialista, no sentido de ser estabelecido uma plataforma de colaboração com o Instituto de Engenharia Civil dos Açores, para efeitos de realização de uma avaliação da rede de saneamento básico, bem como a identificação dos afluentes das águas residuais não tratadas que escoam para o mar, bem como a avaliação do estado das estações elevatórias, considerando tratar-se de uma boa proposta, fazendo a mesma sugestão ao presidente da Câmara Municipal. -----

O presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que, face às várias referências feitas pelo vereador Gonçalo Patrício Dias à última assembleia municipal, já ter percebido que a mesma não lhe havia corrido bem. Recordou que se tratava de dois órgãos distintos e que o vereador faria referências ao que bem entendesse, sendo que, porém, não fazia sentido trazer para a reunião da Câmara os assuntos já tratados na assembleia. -----

Prosseguiu, dizendo desconhecer o instituto a que se referira o vereador, bem como se o mesmo teria competências na área do saneamento básico, parecendo-lhe que a proposta, tal como ontem, tinha sido lançada sem preparação. -----

Continuou, para dizer que, de todo o modo, não tinha dúvidas que era necessário investir no saneamento básico do concelho, mas de forma fundamentada, preparada e planeada, mas que não tinha sido opção do executivo, no mandato em curso, fazer aqueles investimentos, estando outros aprovados, de cariz



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

plurianual, que serão executados, ficando o investimento no saneamento, para um próximo executivo, se assim este o entender e for financeiramente possível, sendo que, em sua opinião é uma matéria que deverá merecer toda a atenção dos próximos executivos. -----

Sublinhou que o investimento no saneamento não era suportável no atual mandato, que a um ano do seu termo, o executivo tem o seu programa e compromissos em curso e execução com as obras a decorrer e que foram aprovadas, lembrando o investimento na ampliação do parque industrial, no montante de 4,5 milhões de euros, que mereceu o apoio do PSD, por ser importante para o concelho e acrescentou que o saneamento, e as águas da Vila estavam em bom estado e garantiam parâmetros de qualidade, não havendo registo de problemas de funcionamento da rede. -----

Recordou que no passado era possível fazer obras sem ter dinheiro, o que agora não se faz e que também não iria recorrer ao endividamento para fazer obras no saneamento. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias pediu ao presidente da Câmara Municipal que lhe explicasse o que havia corrido mal para ele na última reunião da assembleia. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que não lhe cabia dizer nada, porém não era normal estamos numa reunião da Câmara e o vereador estar sempre a fazer referências ao que se havia passado na assembleia municipal, como se quisesse emendar o que ali havia acontecido ou dizer o que ali não tinha tido oportunidade de o fazer, daí o seu comentário. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias insistiu no interesse em se saber em que estado se encontra o saneamento básico do concelho e que se havia dúvidas sobre se o referido instituto tinha competências para o efeito e havendo o mínimo interesse, seria uma questão de perguntar, pois em sua opinião, a situação do saneamento é problema urgente a tratar, pelo que o presidente deveria considerar fazer aquele esclarecimento, bem como uma revisão orçamental de modo a enquadrar o custo do estudo. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que quis ser simpático com o vereador colocando em causa a figura do Instituto de Engenharia Civil dos Açores, mas o vereador não tinha percebido, pois tal entidade não existia, existindo sim, o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), entidade que tem a ver com obras de engenharia civil e que em sua opinião, não tem competências técnicas em matéria de saneamento básico. Acrescentou que não sendo isso que estaria em causa, pois, se o LREC não tem competências, outra entidade haveria de ter. O que estava em causa era o facto de ter tentado explicar que neste mandato, face aos compromissos que já estão assumidos, a situação não se resolveria por qualquer alteração ou revisão orçamental, pois não há disponibilidade financeira para suportar o investimento. Não fazia sentido pensar-se que, por exemplo, poderíamos parar o concurso para ampliação do parque industrial para o substituir pelo investimento no saneamento. As coisas foram planeadas no seu tempo próprio, foram feitos os estudos, os projetos e os procedimentos, que agora, de um momento para o outro não podem ser ignorados, a não ser que houvesse de facto um problema ou situação urgente que colocasse em causa a qualidade da água e do sistema, situação que não se verifica. -----

Acrescentou que se o projeto de ampliação do parque industrial não obtivesse a aprovação dos fundos comunitários, os 15% representativos do investimento a suportar pela Câmara, a rondar os 600 mil euros, poderiam servir de base para se pensar num projeto de investimento no saneamento básico. -----



O vereador Gonçalo Patrício Dias interveio para dizer que a questão não era de se fazer investimento no saneamento básico mas apenas de se contactar um organismo competente, fazer-se um orçamento para dar cobertura a um estudo da rede e eventuais problemas existentes, fazendo-se depois o cabimento financeiro do necessário para realizar o estudo, caso fosse possível. -----

O presidente da Câmara Municipal disse que não era assim que as coisas se decidiam, pois, para se pedir o que fosse, tínhamos de ter cabimento financeiro. -----

O vereador perguntou como seria possível fazer o cabimento sem se saber a importância do orçamento. -

O presidente da Câmara Municipal respondeu que quando se fazia o lançamento de uma prestação de fornecimento de serviços, competia à entidade que lança o concurso definir no caderno de encargos os requisitos que queria ver cumpridos, como, entre outros, o preço base e o prazo de execução. Não era o fornecedor que ditava as regras. -----

Concluiu que já havia explicado a situação por três vezes e que não iria fazê-lo mais uma vez, dizendo que não sabia como explicar de outra maneira, pois o vereador não percebia ou não queria perceber. ----

O vereador Gonçalo Patrício Dias respondeu dizendo que não era necessário explicar outra vez, pois, já havia percebido à primeira e não seria preciso repetir quatro vezes. -----

O presidente da Câmara Municipal disse que se o vereador tinha percebido à primeira e perguntou três vezes, então estaria a ser teimoso e chato. -----

O vereador Gonçalo Patrício Dias referiu que a adjetivação usada pelo presidente era de lamentar, pois, nada justificava chamar “chato” a um vereador, à frente dos vila-franquenses, pelas suas perguntas para esclarecer os cidadãos, mas que para isso seria sempre teimoso e chato. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que a paciência tinha limites, e que lhe havia chamado de “chato” à frente dos vila-franquenses, porque nunca o fazia pelas costas, dizendo ao vereador, por algumas vezes que, entretanto, o interrompera por igual número de vezes, para se calar, uma vez que agora seria ele a falar e depois o vereador. Prosseguiu, para sublinhar que a conduta do vereador não era correta, pois aquele tinha percebido à primeira e, no entanto, repetiu por três vezes as questões, porque apenas lhe apetecia agir assim, estando os demais obrigados a ouvir. -----

ORDEM DO DIA

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL N.º 68/2020) - I N.º 631/2020 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ADJUDICAÇÃO - EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DA ENCOSTA NAS PRAIAS DO CORPO SANTO E CALHAU DAS DIAS - Foi presente à reunião, o Relatório Final de Apreciação de Propostas para Adjudicação da Empreitada de " Estabilização da Encosta nas Praias do Corpo Santo e Calhau das Dias", elaborado pelo júri do procedimento e que foi apresentado pelo presidente da Câmara Municipal. -----



Pedi a palavra a vereadora Sabrina Furtado para dizer que os vereadores do PSD não tinham tido acesso aos documentos que constituíam o processo, nem lhes havia sido enviado, à semelhança de outras situações, um CD com a documentação do mesmo. -----

Prosseguiu, dizendo que no relatório em apreciação eram referidos documentos como o Plano de Afetação de Meios Humanos, o Plano de Segurança, o Plano de Higiene e Saúde, o Plano de Pagamentos e o Caderno de Encargos, tudo peças sobre as quais os vereadores do PSD não poderiam pronunciar-se, por falta de conhecimento sobre os mesmos. -----

Acrescentou que recentemente, se havia deliberado a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, pelo que solicitava informação sobre quantos candidatos haviam concorrido e como havia decorrido o processo até chegar à Câmara para adjudicação. -----

O presidente da Câmara Municipal interveio referindo que o processo havia sido apresentado publicamente e estava ali para consulta, como sempre havia estado. Acrescentou que haviam concorrido dois interessados e que os critérios de adjudicação fixados eram o do preço e o do prazo de execução e que se os vereadores do PSD quisessem algum prazo para consulta, estavam no seu direito de o requerer. -----

Submetida a votação, a Câmara Municipal, com os fundamentos constantes do citado relatório, deliberou adjudicar a empreitada de “Estabilização da Encosta nas Praias do Corpo Santo e Calhau das Dias”, ao concorrente Caetano & Medeiros - Sociedade de Construção e Imobiliária, Lda., pelo valor de 1.204.293,42 € (um milhão, duzentos e quatro mil, duzentos e noventa e três euros e quarenta e dois cêntimos), com um prazo de execução de 6 (seis) meses. -----

Abstiveram-se os vereadores do PSD, tendo a vereadora Sabrina Furtado declarado que a abstenção tinha por base o que antes havia dito e que os vereadores do PSD não tinham a pretensão de causar qualquer atraso ao processo, fazendo, no entanto, questão de o consultar logo que possível. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 23 de setembro na importância de 4 673 598, 41 € (quatro milhões seiscentos e setenta e três mil quinhentos e noventa e oito euros e quarenta e um euros). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 10:45, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Luísa Pacheco Simas, Coordenadora Técnica da SRSCFP, mandei escrever e subscrevo. -----

----- Declaro ainda que a presente ata contém oito folhas. -----